

artigo

# Áreas de industrialização e suas consequências na interface dos municípios de São Paulo e São Caetano do Sul

Enrique  
Grunspan  
Staschower

---

O presente artigo pretende abordar a formação e a instalação de áreas de industrialização na periferia da cidade de São Paulo e, posteriormente, na sua saída e as consequências na trama urbana e os efeitos na urbanidade, cidadania e sociabilização do entorno, sob uma ótica de espaço-tempo. Debruçamo-nos especificamente sobre o território da antiga Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (I.R.F. Matarazzo) na interface dos municípios de São Paulo e São Caetano do Sul. Ao final, pretende-se estabelecer um breve diálogo entre as possíveis abordagens que apontem futuras recomendações de intervenção.

Palavras-chave: Matarazzo; indústrias; espaço-tempo.

---

ÁREAS DE INDUSTRIALIZACIÓN Y SUS  
CONSECUENCIAS EN LA INTERFAZ DE LOS  
MUNICIPIOS DE SÃO PAULO Y SÃO CAETANO DO SUL

El presente artículo pretende abordar la formación y instalación de áreas de industrialización en la periferia de la ciudad de São Paulo y posteriormente en su salida, sus consecuencias en la trama urbana y los efectos en la urbanidad, ciudadanía y sociabilización del entorno, desde una óptica de espacio-tiempo. Nos referimos específicamente al territorio de la antigua *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo* (I.R.F. Matarazzo) localizado en la frontera de São Paulo y São Caetano do Sul. Al fin y al cabo pretendemos establecer un breve diálogo ante posibles abordajes que apunten futuras recomendaciones de intervención.

PALABRAS CLAVE: Matarazzo; industrias;  
espacio-tiempo.

---

AREAS OF INDUSTRIALIZATION AND THE  
CONSEQUENCES IN THE INTERFACE OF THE CITIES  
OF SÃO PAULO AND SÃO CAETANO DO SUL

This article aims to address the formation and installation of industrialization areas on the outskirts of the city of São Paulo and later in its exit and the consequences for the urban fabric, and effects on urbanity, citizenship, and socialization of the surrounding, from a space-time perspective. The paper focuses specifically on the territory of the former *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo* (I.R.F. Matarazzo) at the interface of the municipalities of São Paulo and São Caetano do Sul. At the end, the paper tries to establish a brief dialogue between possible approaches that point out to future intervention recommendations.

KEYWORDS: Matarazzo; industries; space-time.

## 1. A indústria e a cidade

Ao projetarmos intencionalidade sobre o espaço nós o produzimos, e ele nos produz. Produzir cidades é aprimoramento da linguagem, tentativa de eliminar distâncias. A reunião de grupos heterogêneos enriquece a linguagem, com contatos, na produção e troca de informação e cultura. A coparticipação de grupos heterogêneos, de forma conflituosa, cotidiana e inteligível, gera a urbanidade<sup>1</sup> como prática de diversidade simultânea de inter-relacionamentos e mobilidades intraurbanas.

Esse espaço se impõe por meio das condições técnicas sedimentadas em cada período, imprimindo, no imaginário de um grupo social, as sensações da velocidade das transformações, expressas nas palavras de Milton Santos:

É o lugar que atribui às técnicas o princípio da realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica. E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras. (SANTOS, 2006, p.36).

Entretanto, o espaço se transforma com as alternâncias de produção; é herdeiro das técnicas de uma nova modernidade industrial. A pós-modernidade, que se apresenta como efêmera e fugidia, demanda flexibilidade da produção industrial, produzindo recompensas atraentes, hedonistas e fluídas — desfazendo assim fronteiras físicas — em um momento em que espaço-tempo não se compreendem enquanto independentes da ação social (HARVEY, 1992).

Podemos definir o processo de associação entre a cidade e a indústria como o espaço de produção e transformação dos produtos da natureza. Entretanto, as cidades surgem antes da "indústria". O caráter da indústria se dá na concentração do capital, na força de trabalho e pela intensificação das relações entre ambas. A indústria transforma os espaços da cidade; ocupa, apropria e implode o espaço que a concebe, como destaca Lefebvre, quando pensa a cidade como produto:

Como pensar a Cidade (sua explosão-implosão generalizada, o Urbano moderno), sem conceber claramente o espaço que ela ocupa, do qual ela se apropria (ou que desapropria)? Impossível pensar a cidade e o urbano modernos enquanto obras (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais),

sem primeiramente concebê-los como produtos. (LEFEBVRE, 2013, p.125).

No século XIX, a introdução de maquinários de porte desloca o espaço da "maquino-fatura" e assim reformula a cidade. A soma desses processos foi tão transformadora que deflagrou uma revolução — a Revolução Industrial — e também o espaço industrial (SPÓSITO, 2000).

Espelhando-se no darwinismo, sanitaristas urbanos pensaram a cidade industrial como um organismo, cujas partes deveriam funcionar bem para o bom funcionamento do todo; onde a desordem urbana deveria ser atacada de forma higienista para conter a insalubridade e miasmas gerados pela industrialização (CUSTÓDIO, 2004).

Para atender a razão da produção industrial — das necessidades-tipo e do homem-tipo que seria atendido pela ciência, técnica e por soluções-tipo — surge o urbanismo progressista que propõe ordem, homogeneidade e separação de funções (como trabalho, moradia etc.), objetivando o rendimento máximo do capital investido na cidade.

Já outro grupo de urbanistas, os culturalistas, tinha o olhar nas cidades medievais, onde a técnica se renderia ao relevo, em ruas assimétricas, onde o paisagismo e vegetação seriam os fiadores da saúde e higiene, exaltando os valores comunitários e a cultura local para se contrapor ao progresso industrial.

Ambas vertentes viam a cidade enquanto objeto unitário, estruturado em si mesmo, sem compreender o comportamento social enquanto conformador do espaço. A existência da indústria, expressa na escala de produção, define como a sociedade contemporânea se apropria da natureza e conseqüentemente define a conformação das cidades. Lefebvre dimensiona essa conformação:

O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, isto é, arranja para seus fins o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas, penetrando em uma espacialidade já consolidada, mas perturbando-a às vezes com brutalidade. (LEFEBVRE, 2013, p.128).

Estes espaços hierárquicos concentram capital, meios de produção, tecnologias e comunicações, subordinando outras regiões e cidades através da conglomeração de especialidades funcionais, em várias cidades, conformando assim metrópoles. O crescimento das metrópoles vai além do espaço físico, se manifesta culturalmente em práticas sociais expressas em produtos e meios de apropriação — deslocalizando produções e homogeneizando culturas,

---

buscando eliminar características locais para igualar produção e consumo, sem entraves (CASTELLS, 1983).

A hierarquização espacial dos mercados chega ao final do século XX com a deslocalização das indústrias, quando a nova divisão internacional do trabalho levou à internacionalização e multinacionalização das empresas, que articulam produção-consumo transnacionalmente. Esta produção deslocalizada utiliza-se do seu caráter fluído para realizar rapidamente o ciclo do capital, diminuindo o tempo entre investimento da produção e seu consumo.

Estes deslocamentos de produção impactam o espaço urbano com grandes unidades de consumo (hipermercados, shopping centers etc.) que produzem uma metropolização, des-catalisando os "centros tradicionais" e esvaziando cidades menores. O processo de metropolização, ao retirar empregos da indústria, amplia níveis hierárquicos dentro de serviços, ampliando a distância entre teto e piso salarial. Esta diversificação também se manifesta nos espaços urbanos, através da segregação social expressa na distribuição da infraestrutura, dos serviços, equipamentos urbanos e habitações (CASTELLS, 1983).

A cidade de São Paulo, no início do século XX, não escapou à lógica do impacto inicial da industrialização repercutido na urbanização, sendo tratada pelo poder público como forma urbana gerida através de obras, palco de defesa de interesses econômicos, de uma visão liberal do espaço urbano.

No entanto, é preciso lembrar que, sendo o espaço uma produção, um meio e uma condição social, uma ação sobre a forma afeta o processo e vice-versa. Isso provocará impactos no presente e no futuro sobre todos os estratos socioespaciais, de formas diferenciadas, obviamente. O mesmo raciocínio vale para o espaço, sobretudo para o espaço urbano. (CUSTÓDIO, 2004, p.96).

Já no final deste século, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta alterações socioespaciais como expressão dinâmica entre "trabalho morto e trabalho vivo", que segundo a visão miltoniana da geografia, estas representações do espaço acumulam sobre si presente/passado ou natural/social, deixando heranças às etapas seguintes. Santos (2006) as denomina "rugosidades", tais como tempos cristalizados, em que a interpenetração dos trabalhos, feitos e a fazer, permanecem como marcas do passado e de uma sobrevivência de vínculos espaciais transmitidos.

O espaço de marcas passadas é resultante da matriz tempo e espaço, segundo Milton Santos, cuja mudança é

de uma brutalidade eficaz. "Os eventos dissolvem as coisas [...] é o nosso saber que também se dissolve, cabendo-nos reconstituí-lo por meio da percepção do movimento conjunto das coisas e dos eventos" (SANTOS, 2006, p.94). Buscaremos, assim, neste primeiro momento, identificar as "rugosidades", as acumulações e supressões entre períodos e ações.

## 2. O espaço industrial e a Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo

A cidade de São Paulo surge nos aldeamentos indígenas, inicialmente jesuíticos, conformando um "arquipélago" de núcleos ao redor de um centro administrativo. Esta acrópole cercada de chácaras e fazendas molda-se como reorganizadora da economia cafeeira no século XIX. O uso das várzeas dos rios para implantação das ferrovias, que ligam o porto de Santos ao interior, será determinante para torná-la tributária das exportações e comércio, tornando-a centro hegemônico da economia nacional.

Dessa forma, os espaços rurais nas franjas da cidade moldam-se em subúrbios industriais, onde capitais trazidos do comércio e do café moldam as bases industriais na virada do século XX, implantando indústrias nas margens do vale do rio Tamanduateí, paralela à linha férrea da São Paulo Railway. Neste primeiro ciclo de industrialização, grupos industriais buscam a verticalização da produção, congregando em um espaço todo o ciclo produtivo, da matéria prima à embalagem.

Segundo Martins (1992), o subúrbio caracteriza-se pela implantação de indústrias em terras adquiridas devido ao insucesso de agricultores, que se transformam nos seus operários. Assim, o Núcleo Colonial de São Caetano, por exemplo, assentado sobre a antiga Fazenda Beneditina de São Caetano do Tijucussu, deu forma ao subúrbio industrial de São Caetano do Sul ao final do século XIX.

A Fazenda Beneditina foi instalada no século XVIII junto à lateral direita do Caminho Velho do Mar, entre os córregos Tamanduateí e dos Meninos, junto ao bairro de Tijucussu, com frades, escravos, índios administrados ou foreiros, sitiados junto a terras comunais (de domínio da Coroa e abertas ao uso público) entre o córrego dos Meninos e o Ribeirão do Moinho Velho (atual Vila Carioca). Entretanto, o espaço beneditino concebia-se como espaço industrial conforme descreve Martins:

[...] telhas, tijolos, lajotas, canaletas, que por mais de 130 anos, nos séculos XVIII e XIX, foram utilizados em

---

construções na cidade de São Paulo e reforma de seus edifícios, como o Palácio do Governo da Capitania, no Pátio do Colégio, o Convento de São Francisco, o Convento de Santa Tereza, o chafariz da Misericórdia, além do próprio Mosteiro de São Bento, sua igreja e suas casas de aluguel. (MARTINS, 1991, p.5).

A importância desta cerâmica pode ser dimensionada pelo uso destinado, não somente na construção do Convento de São Bento, mas na construção de imóveis para locação na cidade de São Paulo, uma vez que, segundo Bueno, os beneditinos não só eram os maiores proprietários, mas detinham duas vezes mais imóveis que os três subseqüentes:

Entre os proprietários com maior patrimônio imobiliário urbano em 1809, destacam-se o Mosteiro de São Bento (com 61 imóveis), os coronéis José Arouche de Toledo (com dezoito), Luiz Antônio de Souza (com sete), Joaquim José dos Santos (com cinco) e outros ricos comerciantes da cidade. Vê-se que quantidade nem sempre significava qualidade e os 61 imóveis pertencentes aos beneditinos correspondiam, em geral, a moradas de porta e janela junto do Mosteiro. (BUENO et al., 2018, p.12).

Porém, havia uma dualidade na concepção deste espaço industrial, através do trabalho, já que simultaneamente abrigava a produção por índios e escravos negros (africanos e crioulos), em simultânea atividade agrícola e industrial. Trabalhadores aforados — aqueles que pagam pensão ou foro anual pela atividade permitida — como o feitor Mestre Marcos que, no período de 1754 a 1757, administrava os escravos e, em 1762, aforou uma ilha no córrego Tamanduateí para sua própria produção, em uma condição ambígua de índio administrado, livre, mas sob a tutela dos monges, por não ser branco (MARTINS, 1988, 2010).

No século XVIII, o complexo beneditino continha a casa grande e a senzala, três fornos, refeitório, cozinha, jardim com fonte e relógio de sol. A capela destinada aos serviços religiosos da fazenda servia também aos moradores do entorno, e sofrera reformas entre 1769 e 1784. Entre 1817 e 1828, houve uma segunda reforma, quando contou com a contribuição do Engenheiro Militar José Custodio de Faria e Sá<sup>2</sup>, considerada "um exemplar da arte barroca numa fazenda de um subúrbio paulistano" (MARTINS, 1992, p.27).

Entretanto, esta paisagem sofreria modificações com o incremento da ligação interior-litoral a partir da expansão da produção cafeeira na região de Campinas e Planalto Paulista. A terra de Tijucussu era uma intersecção

---

Esta paisagem  
sofreria  
modificações com  
o incremento da  
ligação interior-  
litoral a partir  
da expansão  
da produção  
cafeeira na região  
de Campinas e  
Planalto Paulista

modal de transportes — fluvial nos córregos Tamanduateí e dos Meninos, nos carros de bois interligando bairros, litoral e capital. Sua localização no vale do Tamanduateí a faria vizinha da primeira linha férrea, interligando o porto ao café no interior. Apesar do surgimento, em 1867, da São Paulo Railway Company, com 139 km de ferrovia e onze estações — sequer se cogitara uma estação junto ao bairro de Tijucussu (PASSARELLI, 1995).

O trem trazia os produtos da Revolução Industrial, mas um Brasil escravocrata não tinha tantos consumidores. Tratou-se, portanto, de ampliá-los extinguindo a escravidão. Assim, sob pressão inglesa, o Segundo Império proclamou uma "lei para inglês ver", em 1831, proibindo o tráfico de escravos, reiterada em 1850, culminando em 1871 com a emancipação dos nascidos a partir desta data; culminando na abolição da escravatura dezessete anos depois. Mesmo antes da Lei Áurea, a fazenda beneditina, combatida pela expansão urbana na cidade de São Paulo, que se valia de "telhas francesas" e "varandas inglesas", libertou seus escravos, encerrando a escassa produção de cerâmicas — cuja dubiedade de trabalhos parecia não se sustentar ante a modernidade de relações trazidas pela Revolução Industrial.

A expansão urbana também atingiria as terras de Tijucussu — do Bairro e da Fazenda — onde sitiadas, tropeiros e foreiros, que já haviam sido atingidos pela grilagem das terras comunais e desgastados pela Lei de Terras (1850), sentiriam agora consequências na transformação da Fazenda Beneditina em Núcleo Colonial.

A Ordem de São Bento negociou a Fazenda São Caetano do Tijucussu com a Província de São Paulo, assinando sua escritura de venda em 5 de julho de 1877. Em 1º de julho de 1877, embarcam em Gênova as primeiras famí-

---

lias de imigrantes italianos. Finalmente, em 28 de julho de 1877, instalaram-se nas edificações beneditinas remanescentes as 28 famílias que fundariam o Núcleo Colonial de São Caetano.

Os imigrantes provinham do Vêneto, de pequenas propriedades trabalhadas em regime de parceria, vítimas da expropriação econômica e territorial da unificação italiana e buscavam aqui terras próprias, somadas às promessas de viveres, casas, ferramentas e escrituras, conforme contratos firmados antes do embarque. Sintomaticamente, os alojaram na Senzala, junto à sede da Fazenda Beneditina.

Distribuir-se-iam 92 lotes rurais e 25 urbanos, que criariam uma continuidade espacial ao complexo das edificações da Casa Grande e de frente à Capela, enquanto que aos fundos desta não se destinavam nem se repartiam lotes, compondo um sistema de espaços livres para conectar-se às terras entre o Córrego dos Meninos e o Ribeirão do Moinho Velho (atual Vila Carioca) — conforme o mapa da Planta do Núcleo Colonial de São Caetano, de 1887 (ver figuras). Entretanto, a pobreza, o sacrifício e as escassas oportunidades levaram dezessete famílias a vender seus direitos de propriedade antes de onze anos do recebimento. Era um período de fome, doença e morte, bem distante do sonho prometido aos imigrantes.

Poucos dias depois da chegada dos imigrantes, já falecia a filha de um dos colonos. [...] Até o dia 20 de outubro de 1877, já havia morrido 18 pessoas na localidade — uma morte a cada 5 dias, uma frequência alta num grupo de pouco mais de 150 pessoas, menos de 40 famílias, diversas das quais aparentadas entre si. (MARTINS, 1991, p.20).

Para os 161 colonos recenseados ao fim de onze meses da instalação do Núcleo, a estadia resultou em 26 mortos (16% da população), mormente crianças, assolados por doenças como tifo, oftalmia purulenta, febre tifoide, diarreia, reumatismo, e, principalmente, incompreensão, ressentimento ou estranhamento. Para os colonos, a Casa Grande e seu complexo de edificações, canais e muros não os conectava à prospera economia agroindustrial beneditina, mas conectava-os à desdita de uma árdua vida em um território novo, às vezes hostil, com morosidade burocrática. Restava-lhes a fé, talvez na capela, já apequenada e desgastada, como local para prover alento no santo padroeiro, São Caetano, que tal como eles era italiano.

Não bastassem o abandono e as doenças, somavam-se aos problemas o ressentimento entre os antigos mo-

---

## Os imigrantes provinham do Vêneto, de pequenas propriedades trabalhadas em regime de parceria, vítimas da expropriação econômica e territorial da unificação italiana e buscavam aqui terras próprias

radores do bairro Tijucussu (usuários das antigas áreas comunais), ofendidos com o tratamento dado às famílias italianas — os autóctones foram expulsos por grileiros e estes foram assentados. Ressentimentos que levaram às vias-de-fato, com invasões, depredações, vandalismo e demolições além do Córrego dos Meninos. Agravaram-se as animosidades em 1889 quando se cria o município de São Bernardo, entregando a São Paulo as terras além do Córrego dos Meninos, as comunais, em disputa, ou griladas, juntamente com os lotes remanescentes do Núcleo Colonial na atual Vila Carioca — rompem-se os vínculos beneditinos que ainda restavam.

Não seria de se estranhar que boa parte destes agricultores negociassem seus lotes rurais entregando-os a industriais que buscavam terrenos baratos nos subúrbios de São Paulo para a instalação de fábricas.

Embora, em seus primórdios, tivesse havido a instalação de muitos estabelecimentos no interior do Estado, atraídos pela proximidade da matéria-prima ou pela facilidade da energia hidráulica, verificou-se uma progressiva concentração da indústria nos limites da Capital [...]. As indústrias passaram, então, a buscar outras localidades, primeiro no entorno da Capital e, depois, em municípios mais distantes do interior. (SAES; NOZOE, 2006, p.3).

A volta à produção industrial se dá pela venda do lote urbano, local dos antigos fornos beneditinos, conforme destaca Martins, enquanto descreve as instalações e edificações da fazenda dos beneditinos, a começar do muro que as cercava:

Era um muro de taipa socada. Cercava a casa-grande, a capela e as senzalas. [...] Fora do muro, na direção

Redução fiel da planta oficial do Núcleo Colonial de São Caetano do Sul executada cerca de 1942. Destaca-se acima à esquerda o córrego Tamanduateí, paralela ao qual a linha férrea, que atravessa o córrego dos Meninos. Verificam-se os lotes à margem esquerda do córrego dos Meninos, atual Vila Carioca. Nesses lotes urbanos, as construções beneditinas definem o alinhamento da rua frente à capela, alinhada à Casa Grande (centro administrativo do Núcleo Colonial), preservando espaços livres que permitiriam atingir o Córrego dos Meninos. Fonte: SÃO PAULO..., 2019.



do rio, como viu Henrique Raffard em junho de 1879, estavam os três fornos que faziam parte da fábrica de louças vidradas, ladrilhos, tijolos e telhas, iniciada pelos monges beneditinos em 1730, quando foi construído o primeiro forno. Em 1757, o abade propôs e o conselho do mosteiro aprovou um segundo forno "visto ser procurado na cidade a cerâmica ali feita". Antes de 1769, já havia ali um terceiro forno pequeno para louça [...] Os fornos ficavam no terreno que seria adquirido, em janeiro de 1880, pelo Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, dentista da Rua Direita, em São Paulo, que neles passaria a produzir os tijolos da Marca "Paulista", dos quais ainda podem ser encontrados em velhas construções de São Caetano. (MARTINS, 1992, p.58).

Não seria este o primeiro lote a ser adquirido pelo Dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, uma vez que adquirira, em 1879, o lote nº 64 da margem esquerda do Córrego dos Meninos, e mais tarde compraria 73% do lote nº 28 de Luigi D'Agostini, situado à margem esquerda da ferrovia (em direção a Santos) e adjacente ao lote adquirido anteriormente. O dentista despenderia "uma pequena fortuna" entre 1879 e 1880 para a compra de lotes, materiais e salários de empregados para restabelecer a olaria. O Dr. Mesquita viria a falecer em 13 de janeiro de 1894, entretanto, seu empreendimento industrial seria a base da Pamplona, Sobrinho & Cia., empresa comprou estas terras e para lá se transferiu, em 1896, com o propósito de produzir sabão e graxa, contratando entre 30 e 40 trabalhadores, sendo 98% deles italianos — vizinhos provavelmente (MARTINS, 1992).

Para aqueles colonos que persistiam na produção agrícola, a plantação de videiras e a produção de uva deram

sucesso ao vinho, conforme relata o romancista Júlio Ribeiro na sua obra "A Carne", de 1888, na qual menciona os vinhos produzidos no Núcleo com a marca "São Caetano" como produtos de qualidade. Porém, dois anos após a publicação, a contaminação de videiras pela praga filoxera<sup>3</sup> causou uma quebra total, da qual estes agricultores não se recuperaram e venderam seus lotes rurais para especuladores ou empreendedores industriais à busca de terrenos baratos à beira da linha férrea. Entre 1890 e 1891, o Banco União, pertencente ao Senador Lacerda Franco, adquiriu quase 30% das terras do Núcleo Colonial.

Em abril de 1888, o recenseamento apontou 314 habitantes instalados em não mais de vinte casas definitivas, junto a treze ranchos efêmeros — além do próprio Núcleo Nacional, a Casa Grande, usada como administração e escola, a Senzala, ainda usada como habitação provisória e a capela destinada à fé. Em outubro de 1898, estes mesmos habitantes à Diocese que a capela estava em ruínas, pedindo autorização para edificar sobre ela uma nova Igreja.

O espaço da fé e do sagrado representado pela capela teria de ser reconfigurado às expectativas e visão do colono italiano. O espaço beneditino, regido pela dubiedade, construído nas técnicas coloniais, baseado em dois tipos de trabalho, havia de ser revisado. Os colonos adotaram essa terra e buscavam afirmar-se com uma contribuição europeizante às práticas nativas anteriores, assim, nada mais significativo que erguer uma igreja maior, assentada sobre os alicerces da capela beneditina. Desta forma, a partir de 1899, "empreendedores independentes" doaram à nova Igreja seu conhecimento, seu tempo, seus braços e tijolos.

O espaço da antiga fazenda beneditina era ordenado em três esferas:



Vista aérea do Distrito de São Caetano (c. 1940). Destaque para as instalações da I.R.F. Matarazzo (à direita) predominante sobre a trama urbana. Fonte: SÃO PAULO..., 2019.

- a de integração de atividades administrativas e educacionais na Casa Grande; de acolhimento, nos "quartinhos" da antiga Senzala, onde os imigrantes aguardavam a delimitação e entrega de lotes;
- de sociabilização, junto ao pátio interno, ao redor da capela e frente ao adro para as celebrações religiosas e cívicas;
- do arruamento também ordenado pela herança beneditina, uma vez que acompanhava o traçado do Caminho Velho do Mar, acrescido agora dos caminhos das olarias, das plantações e das poucas indústrias recém-chegadas.

Surge assim a denominação de "Bairro da Ponte" — graças à sua ligação com São Paulo sobre o Tamanduateí, remanescente do traçado do Velho Caminho do Mar.

Altera-se então a paisagem no território do Núcleo Colonial, onde anteriormente o tempo era regido pelo ciclo anual da sementeira e colheita, agora regido pela nova tecnologia do trem, do vapor, das horas e minutos diários de produção, imposta pela industrialização nascente; onde operários recrutados entre os colonos empobrecidos dedicam-se às indústrias recém-instaladas, como detalha Martins:

Em poucos anos, ainda em meio de roças e plantações de uva e de batata, três [indústrias] foram montadas; empresas que se poderia classificar no setor químico,

produtores de resíduos nocivos ao ambiente: a fábrica de Formicida Paulista, a Fábrica de Sabão e Graxa Pamplona e a Refinaria de Açúcar e Destilaria de Bebidas e Licores do Banco União, todas na década de noventa. Na década de vinte, do século XX, o Rio dos Meninos já era considerado um rio poluído, de água inservíveis ao consumo humano. (MARTINS, 1998, p.10).

Martins recharacteriza subúrbio e periodiza o encerramento da agricultura:

Com o aparecimento das indústrias, já no fim do século XIX (Formicida, Pamplona, Banco União), alguns dos antigos colonos e seus filhos tornam-se operários. Outros foram trabalhar nas olarias, tirando barro desde a madrugada, de cuja pobreza as fotografias do começo do século nos falam com clareza. Uns poucos se tornam pequenos comerciantes ou artesãos. Em 1910 a agricultura já estava praticamente desaparecendo; o camponês dava lugar ao operário. (MARTINS, 1992, p.39).

Dentro destas características de indústrias químicas, como já vimos, se instala a Fábrica de Formicidas Paulista<sup>4</sup>, que em 1893 empregava 16 adultos e 3 menores, chegando a 35 operários em 1901 (MARTINS, 1992).

A Fábrica de Sabão e Graxa Pamplona adquiriu os lotes que continham as edificações do conjunto beneditino — que na delimitação dos lotes urbanos do Núcleo Colonial

---

## A Unidade Fabril da I.R.F. Matarazzo em São Caetano era uma das maiores do grupo. Em seu auge, o complexo contava com 365 fábricas produzindo verticalmente

buscavam preservar sua conexão ao Córrego dos Meninos. Em 1912, as instalações da Pamplona seriam arrendadas a Francesco Matarazzo, culminando por vendê-las em 1914. Este seria o nascedouro de um polo industrial integrado e verticalizado, denominado de Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (I.R.F. Matarazzo), cujo fundador, nascido na Itália, chegara ao Brasil em 1881. Ele — personalista, intuitivo — representava a era inicial da industrialização, baseando-se na produção verticalizada, amparada por financiamentos de bancos estrangeiros, distribuindo sua produção por trem. Daí a importância da localização de São Caetano, além de dispor de terrenos baratos.

Passados 25 anos da sua instalação, as duas primeiras fábricas, Formicida Paulista e Matarazzo, empregavam 79 e 312 operários, respectivamente. Atesta-se desta forma que a segunda já era a maior empregadora do distrito de São Caetano, continuando assim por várias décadas. Na fotografia aérea é possível dimensionar a importância e extensão da I.R.F. Matarazzo em relação à trama urbana (ver figura).

Havia uma certa lógica no interesse de Francesco Matarazzo pela Pamplona, afinal seu primeiro empreendimento de sucesso, em Sorocaba, fora embalando banha de porco — ele conhecia insumos animais e através deles daria um salto industrial verticalizado. À produção de graxas soma-se, em 1922, o curtume, depois transformado em fábrica de sulfureto de carbono, utilizado no seu processo industrial. Em 1926, inclui também a fábrica Visco-Seda Matarazzo (à época destacada como inovadora)<sup>5</sup>. Da mesma forma, seguem as fábricas de Papel, Papelão e Celulose, em 1930, e Louças Claudia, em 1935, líder na fabricação de louças e azulejos. As indústrias químicas do grupo seguiriam com a fábrica de ácidos, em 1936; sulfato de alumínio, em 1939; soda cáustica e hexacloro, em 1948; de acetileno e cálcio, em 1955; culminando com a de ácido sulfúrico, em 1961.

---

A Unidade Fabril da I.R.F. Matarazzo em São Caetano era uma das maiores do grupo. Em seu auge, o complexo contava com 365 fábricas produzindo verticalmente açúcar, álcool destilado, amido de milho, aparelhos de louça, arroz, azeite, azulejos, banha, bebidas, biscoitos, esmaltes, farinha de trigo, formicida, fósforo, inseticida, mandioca, margarina, marmelada, massas, milho, mortadela, óleo, papel e papelão, perfumes, pregos, presunto, sabão, sabonete, sal, sanitários, saponáceo, seda artificial, soda cáustica, tecidos, tintas, velas e vernizes (RODRIGUES; VILELA, 2013).

Cabe aqui entender as bases que permitiram esta expansão industrial na cidade de São Paulo e consequentemente nos seus subúrbios.

No primeiro período da industrialização na cidade de São Paulo, ocorre uma significativa concentração de indústrias de bens de consumo não duráveis. Podemos nos referenciar neste período ao papel desenvolvido pelas indústrias Matarazzo, Votorantim e outros grupos, conforme apontado no trabalho “O Estado e o Urbano” de F. de Oliveira. Neste período, o processo de estruturação das áreas industriais ocorreu nos terrenos lindeiros às ferrovias, principalmente no trecho compreendido entre a região do Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Água Branca, Lapa, Mooca e Ipiranga, e ainda na região do ABC. Podemos observar que a ferrovia é instalada em 1867, sendo que a ocupação industrial das áreas ao longo da ferrovia a partir de 1890 possuía como fatores condicionantes a existência de áreas planas e dos recursos hídricos. Fora da cidade de São Paulo, começa a se formar um grande subúrbio industrial. A futura região do ABC que, a partir de 1920 começa a se consolidar como o segundo mais importante distrito industrial da metrópole paulistana, com a instalação da General Motors, Firestone, Pirelli, Rhodia, Matarazzo, etc., que ocupam a continuação da ferrovia no sentido da Serra do Mar. (QUINTO JR.; IWAKAMI, 1999, p.5).

Podemos aqui identificar o capital industrial como parte da transferência de capital obtido com a produção e exportação de café — variando desde o investimento em material e equipamento férreo a indústrias de produtos de consumo. Por outro lado, temos um seleto grupo de imigrantes dedicados ao comércio, mormente de produtos importados, com conexões com os agentes financeiros no exterior e conhecedores das novas características de consumo da nascente urbanização. Deste modo,



---

encontra-se ao final do século XIX, em São Paulo, uma nascente indústria de produtos de consumo, tais como vestuário, têxtil, alimentos e bebidas (DEAN, 1971).

Somam-se às essas bases industriais a imigração e seu influxo urbano, já que em 1888 havia em São Paulo mais de 90.000 imigrantes — quase todos italianos. Em dez anos, metade dos imigrantes estava empregada na indústria. Havia, assim, uma relação de reciprocidade e diálogo com estes industriais imigrantes, dando preferência aos produtos afins a uma nostalgia da terra mãe (MARCOVITCH, 2003).

Os espaços abertos de sociabilização, como praças, ruas, campos de futebol e várzeas, serão reduzidos sistematicamente, ocupados pelas sucessivas ampliações da I.R.F. Matarazzo, subjugando os espaços da urbanidade à mesma lógica produtiva da indústria. Inicialmente, as ruas que se ramificavam do Caminho do Mar — Rua Um (posteriormente Rui Barbosa) e Dois (posteriormente Rua Ceara) — têm suas casas adquiridas e, ao fim, também a rua em si passa a pertencer à I.R.F. Matarazzo, em 1939, por permuta com a Prefeitura de Santo André.<sup>6</sup> O Córrego dos Meninos é desviado para abastecer a fábrica de *rayon* e seus filtros ocupam a esquina da Rua Mariano Pamplona (nova denominação do trecho inicial do Velho Caminho do Mar) com a Rua Ceará.

Estendendo as relações da indústria à vida privada dos funcionários, em 1940, a prefeitura de Santo André concede o alvará de construção para 79 casas destinadas aos funcionários, a Vila Matarazzo.<sup>7</sup> Situada no perímetro da fábrica, a vila era formada por quarteirões para além da indústria, atravessando o córrego Tamanduateí, já em São Paulo, para assim, tentaculamente, sobrepor-se aos córregos e limites municipais, criando o "espaço industrial" para além da indústria.

A voracidade territorial da I.R.F. Matarazzo consome os terrenos reservados para a ampliação de espaços livres para sociabilização, em direção ao Córrego dos Meninos, e circunda a Igreja Matriz, deixando sua lateral esquerda para a Praça Ermelino Matarazzo, também circundada por três laterais pelas instalações da I.R.F. Matarazzo. A Igreja está encapsulada pela fábrica — conforme imagem aérea aproximada do complexo (ver figura). O trajeto casa-trabalho estreita-se. Os espaços de interação social restringem-se. Os campos de futebol de várzea esvaem-se. Também os córregos são submetidos à dinâmica da indústria, com seus cursos alterados e suas águas turvas.

Perdem-se os rastros das edificações da Casa Grande, da Senzala e das demais edificações beneditinas. O relógio de sol da praça central beneditina foi substituído

pelo apito da fábrica. Entre as décadas de 1940 e 1950, a I.R.F. Matarazzo completou sua expansão. Sem espaços livres disponíveis, ela ocupava e centralizava o Bairro da Fundação — não mais Bairro da Ponte.

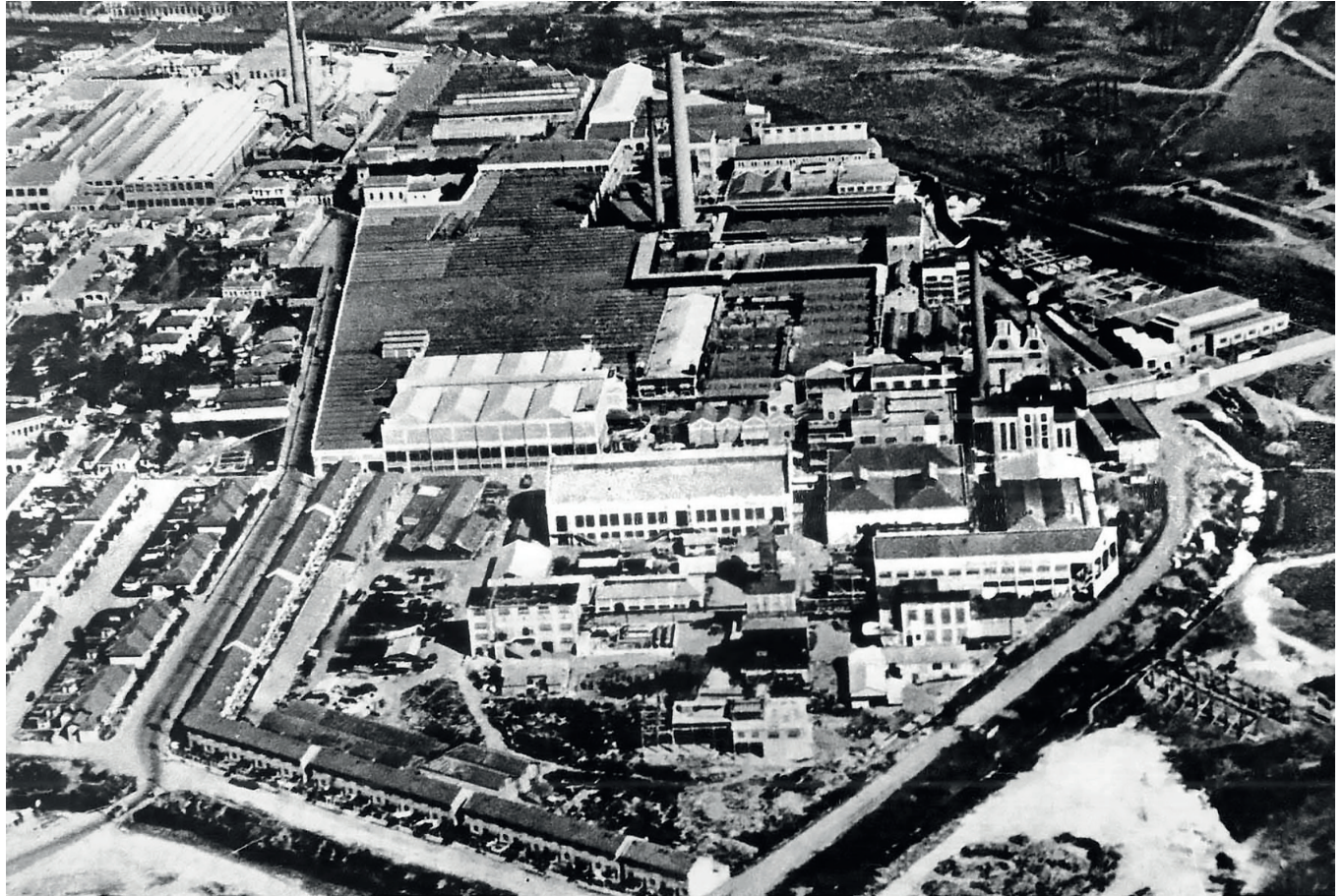
Assim, na metade do século XX, a cidade deixa de ser um "povoado-estação", dependente da conjunção das estações-indústrias-loteamento iniciante, e tem sua malha irradiada entre as indústrias e a linha férrea, com casas construídas pelos próprios moradores/operários e as "vilas operárias" criadas pelas fábricas. A expansão urbana se caracteriza pela abertura de ruas e não mais pelos lotes, permitindo uma organização espacial que avança para o "outro lado da linha férrea", no Centro Novo. Isso estimula o surgimento de oficinas e salões comerciais em sobrados de usos mistos, que abastecem os bairros nascentes em São Paulo, como a Vila Califórnia, Vila Bela, e parte da Vila Prudente, e também bairros novos em São Caetano, servidos por linhas de ônibus sobre ruas e calçadas, conectando centros comerciais satélites à estação (LANGENBUCH, 1971).

A perda de importância do núcleo fundacional se reflete na decisão política de criar a sede da prefeitura, após a emancipação de Santo André, em 1º de janeiro de 1949, em um espaço "do outro lado da linha do trem", refletindo na dinâmica do comércio e na qualidade das moradias a imagem da modernidade pretendida pela estreante administração. Também a perda de representatividade da Igreja Matriz se fez sentir quando, em 1937, surgiu uma ampla igreja, "do outro lado da linha do trem", a Matriz Nova, denominada, em 1957, de Matriz da Sagrada Família.

Porém, no período de 1950 a 1960, o padrão de investimento industrial mudou de rumo, e se inicia um segundo período de industrialização no país, agora liderado pelo estabelecimento de indústrias que não se baseavam na distribuição local e sim na escala nacional de participação.

O segundo período é marcado pela instalação de indústrias de metalurgia, química e de bens de consumo duráveis, o que colocou a metrópole paulista na posição de maior concentração de produção industrial, sendo que no final dos anos 50, mais 40% de toda a produção industrial brasileira e quase ¾ da produção de bens de capital e consumo duráveis estava na Grande São Paulo. O maciço bloco de investimentos realizado entre 1956 e 1962 através do Plano de Metas altera radicalmente o padrão de acumulação do capital da economia brasileira com a implantação de indústria pesada de bens de produção, instalada principalmente na região da Grande São Paulo. A forma

Vista aérea das I.R.F. Matarazzo localizada no Bairro Fundação — com destaque para o encapsulamento da Igreja Matriz e da Praça Com. Ermelino Matarazzo, localizando a Vila Operária no perímetro das instalações industriais, quarteirões ao lado e junto ao Córrego Tamanduatéi. Fonte: FUNDAÇÃO..., 2019 com modificações do autor.



de integração do mercado nacional altera-se qualitativamente ingressa numa segunda fase, muito mais profunda, que é a fase da dominação do processo de acumulação do capital em escala nacional, ou seja, a integração do mercado não se manifestava, a partir de 60, apenas pela ótica do fluxo de comércio, mas também e principalmente pelas diretrizes gerais do processo de acumulação de capital reprodutivo do país. Essa mudança qualitativa é de grande importância, pois faria a Grande São Paulo tornar-se o eixo dinâmico da economia nacional. (QUINTO JR.; IWAKAMI, 1999, p.5).

A década de 1950 finda com notícias que afastam moradores do bairro devido a inundações dos córregos Tamanduatéi e Meninos. O cheiro forte das chaminés da I.R.F. Matarazzo contribui para desestimular moradores. O padrão industrial vertical utilizado ao surgimento da I.R.F. Matarazzo esgota-se com o ingresso na região do ABC das indústrias multinacionais ágeis e descentralizadas do período automobilista paulista. Soma-se a esse fator a situação combalida da I.R.F. Matarazzo, que ainda se recuperava dos desgastes da primeira sucessão, com dificuldades de se manter no ritmo de crescimento. Os investimentos caíram e as inovações nos processos industriais minguaram, demonstrando ao mercado sua obsolescência. Houve perda de participação nos mercados, perdendo espaço para os concorrentes e, assim, a liderança em todos os segmentos.

A situação de trabalho na I.R.F. Matarazzo variava de difícil a péssima, devido não só aos desgastados processos de produção — cheiros fortes e contaminação — mas a arrochos salariais, resultando em greves nas unidades de *rayon* e cerâmica, com forte reação da diretoria. Inicialmente, nas décadas de 1940 e 1950, as reivindicações de atenção à saúde dos trabalhadores foram atendidas.

A Matarazzo era horrível no começo. O gás era forte, os empregados se queimavam. Aquilo afetava a vista de Maria e de outros companheiros. Em casa ela não conseguia enxergar [...]. Depois a fábrica começou a instalar ventiladores e as condições melhoraram. (MÉDICI, 1993, p.177).

Movimentos reivindicatórios de funcionários por melhorias salariais sucediam-se — alguns resultando em greves<sup>8</sup> — de forma que as relações entre funcionários e fábrica se deterioraram lentamente. Estas unidades, que continuaram em funcionamento nas décadas de 1970 e 1980, eram a imagem da obsolescência e da falta de investimentos na manutenção. A situação dos funcionários remanescentes gerou ações do Sindicato dos Trabalhadores Químicos da região do ABC, que tinham por objetivo denunciar o descaso com os funcionários, os processos produtivos obsoletos e as fontes de contaminação.

Através de um programa de saúde dos trabalhadores químicos, em conjunto com os Centros de Saúde do Trabalhado, se confirma a suspeita de trinta casos de leuco-

---

Não havia proteção, exaustão ou enclausuramento de materiais tóxicos, os poucos equipamentos de proteção, como máscaras respiratórias, não protegiam os olhos, nem a absorção pela pele, eram inócuos ao risco proporcionado

penia em funcionários da I.R.F. Matarazzo proveniente da contaminação por hexaclorociclohexano (BHC — Benzene Hexachloride)<sup>9</sup> (TODESCHINI, 1989).

A constatação dessas contaminações ocorre através de duas visitas de fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho. A primeira, realizada em 15 de outubro de 1980, detectou no ambiente de trabalho irregularidades grosseiras, como poças espalhadas, gotejamento, material enevado, ou seja, BHC espalhado por toda parte.<sup>10</sup> O processo industrial era falho, já que a pasta proveniente dos reatores era espalhada pelos pavilhões da I.R.F. Matarazzo para secar e finalmente atingir a configuração final de pó. Não havia proteção, exaustão ou enclausuramento de materiais tóxicos, os poucos equipamentos de proteção, como máscaras respiratórias, não protegiam os olhos, nem a absorção pela pele, eram inócuos ao risco proporcionado.

Não bastassem os riscos da produção industrial, havia negligência com as instalações, que eram obsoletas e não passavam por manutenção. Pisos com saliências, depressões, escadas inseguras, sem corrimão, ou sacadas sem guarda corpo, agravavam os riscos aos trabalhadores, já que o benzeno, ao atacar o sistema nervoso, pode provocar tontura, nervosismo e vertigens. À medida que os fiscais avançavam a averiguação da fábrica, mais saltavam aos olhos os descasos — como no refeitório do térreo, utilizado para aquecer marmitas e fazer refeições, com filtros de água, mesas e cadeiras, que estava praticamente dentro do pavilhão de produção e secagem do BHC.

A I.R.F. Matarazzo possuía licença especial para fornecer o produto para Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), órgão da Secretaria Estadual da Saúde

---

que empregava o BHC no combate ao barbeiro, transmissor do Mal de Chagas. A comercialização desse formicida era identificada em notas fiscais como talco, e seu risco pode ser sintetizado na combinação de "dois venenos": o cloro e o benzeno. (CUNHA, 1997; CUNHA et al., 1998).

A segunda inspeção, de 22 de outubro de 1980, contou com a presença do delegado de Trabalho, equipamentos para detecção de gás e vapor, analisadores de vapores e cromatógrafos. Os trabalhadores foram encaminhados para avaliação na Secretaria da Saúde. Os fiscais trouxeram um aparelho próprio para as medições de benzeno e ficaram duas horas dentro da fábrica em pleno funcionamento. A fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) constatou:

[...] vazamento de produtos tóxicos, equipamentos precários e sem manutenção, possível inalação de pó contendo BHC e evidência provável de teores atmosféricos de benzeno além do que o permitido pela legislação; irregularidades na edificação com presença de pisos derrapantes, irregulares, com saliências e depressões e sem proteção contra umidade. Irregularidades que eram fortemente agravadas no fato da Matarazzo utilizar o benzeno, que pode provocar alterações do sistema nervoso central, a ponto de causar fadiga, nervosismo, tontura e vertigens. Numa segunda vistoria, em 22 de outubro de 85, os fiscais trouxeram um aparelho próprio para as medições de benzeno e ficaram duas horas dentro da fábrica em pleno funcionamento. Resultado: todos os locais avaliados apresentavam concentrações de benzeno muito acima do limite de tolerância permitido pela lei (na época 8 ppms). Os índices variavam entre 20 e 100 ppms. **Em certos pontos, os trabalhadores respiravam diariamente 120 vezes mais benzeno do que o máximo permitido pela legislação da época.** (TODESCHINI, 1989, p.83, grifo nosso).

A I.R.F. Matarazzo optou por encerrar as atividades ante a alternativa de adequar sua produção às exigências do DRT e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), bem como por remanejar seus trabalhadores ainda ativos para outras unidades.

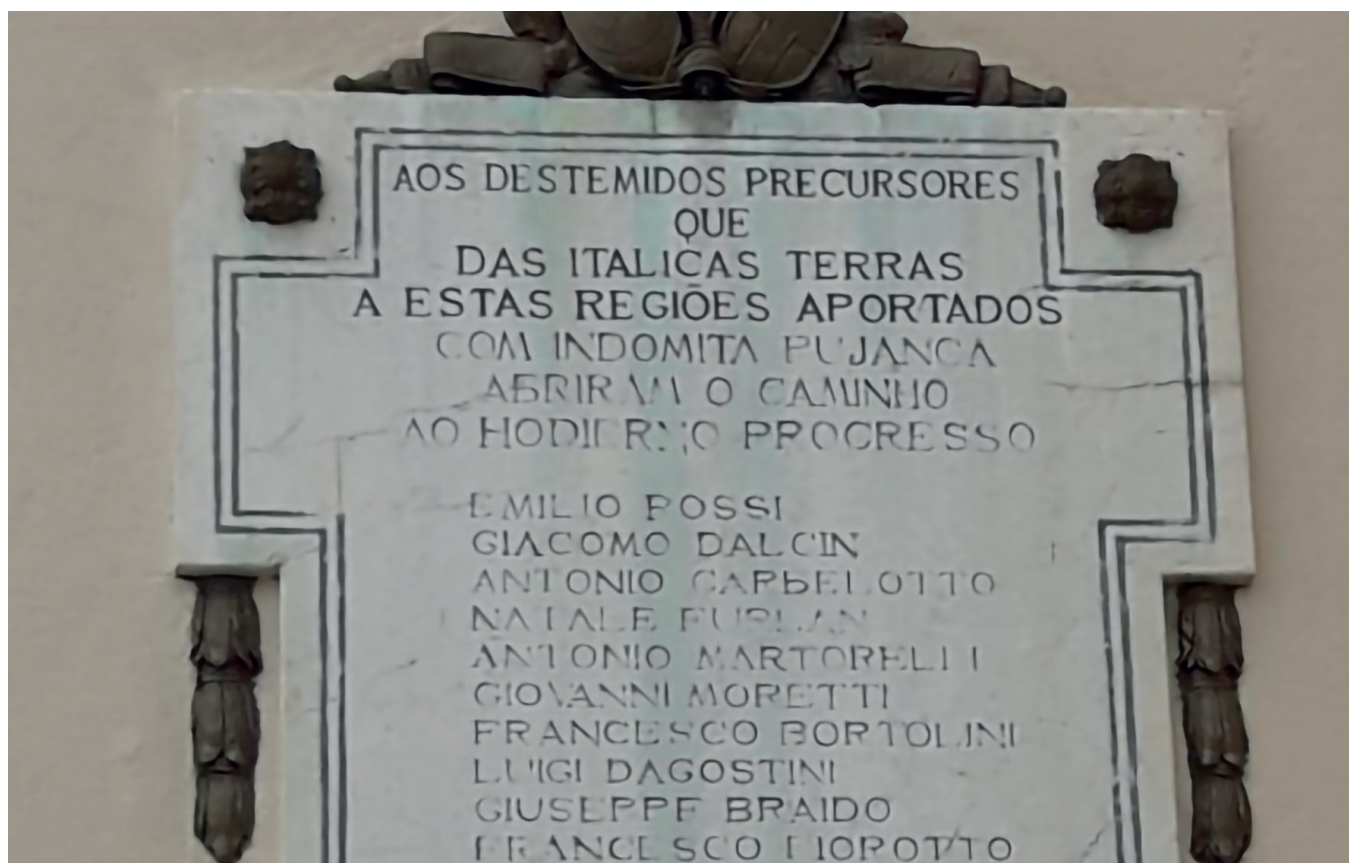
Por fim, em 7 de abril de 1987, falece de leucemia, no Hospital Brigadeiro de São Paulo, Pedro Manguiera Filho, contratado em 1973 pela I.R.F. Matarazzo como mecânico de manutenção. Declarado oficialmente como a primeira vítima de contaminação por BHC.

As instalações industriais passam do abandono à destruição. Os embates judiciais sucedem-se às restrições de

Vista aérea do Bairro Fundação em 1995. Foto tirada durante a III Festa Italiana. É possível ver a chaminé da Indústria Matarazzo, já em ruínas, e a Matriz de São Caetano.  
 Fonte: FUNDAÇÃO..., 2019 com modificações do autor.



Detalhe da Placa Comemorativa do cinquentenário (28/7/1923) da instalação do Núcleo Colonial de São Caetano, afixada na lateral da Igreja Matriz.  
 Fonte: Acervo do autor.



---

ocupação, circulação e uso — excetuam-se as casas da Vila Matarazzo, mesmo aquelas lindeiras à área de produção e contaminação não foram em nenhum momento consideradas potenciais vítimas de contaminação pelos órgãos técnicos.

No período de agosto de 1995 a março de 1997, investigações da CETESB ainda revelaram elevados níveis de mercúrio e BHC. Com base nesses resultados, a Indústria Químicas Matarazzo S.A. — sucessora da I.R.F. Matarazzo — foi autuada para remediar as áreas contaminadas, com a exigência de não aproveitamento da área para quaisquer atividades. Em 2001, foi constatado que não houve o encerramento oficial das atividades, simplesmente desativaram-se as instalações e demoliram-se áreas internas, mas a empresa permanece com a obrigação de responder pelo passivo ambiental.

A partir do ano de 1992, a Prefeitura de São Caetano do Sul retoma as festividades do Núcleo Colonial, para o padroeiro São Caetano, promovida como “Festa Italiana”, durante todos os finais de semana do mês de agosto, na Praça Com. E. Matarazzo, agora encapsulada por uma fábrica abandonada. Inicialmente, a festa se dava no interior do pátio da I.R.F. Matarazzo, mas, em 1999, a festa passou à praça Com. E. Matarazzo, junto à Igreja Matriz e ruas adjacentes, à sombra da fachada em ruína da I.R.F. Matarazzo (ver figura).

A festa homenageia os imigrantes italianos do Núcleo Colonial. Há barracas oferecendo comida típica e apresentações artísticas. O tom é de exaltação a esses “destemidos precursores que das itálicas terras a estas terras, aportados com indômita pujança abriram o caminho ao hodierno progresso”, como expressa a placa comemorativa na lateral da Igreja Matriz (ver figura). Promove-se uma imagem do sucesso dos imigrantes, como se não houvesse outros partícipes na construção desse espaço a não ser os colonos italianos — algo que não se confirma ao analisar o trabalho na fazenda beneditina, nem mesmo os trabalhos na olarias dos imigrantes, mas se confirmam com o abandono das ruínas da I.R.F. Matarazzo — tudo finda pelo melancólico apagamento do trabalho e a exaltação do empreendedor.

Em fevereiro de 2005, a Prefeitura torna-se responsável pela disseminação de contaminantes quando constrói na área interdita uma avenida que rasga o terreno e transpassa a linha do trem com um viaduto — o Complexo Viário Pref. Luiz Olinto Tortorello —, conectando parte do tráfego de automóveis da Via Anchieta à Av. dos Estados. A Cetesb emite um auto de intimação à Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e à Indús-

---

## Os embates judiciais sucedem a restrições de ocupação, circulação e uso, em meio às quais restam as casas da Vila Matarazzo, ainda habitadas, vizinhas da contaminação, herdeiras do trabalho industrial

trias Químicas Matarazzo S.A. para prestarem esclarecimentos sobre o assunto. Em audiência pública, em maio de 2011, na Câmara Municipal de São Caetano do Sul, os vereadores e a Cetesb confirmam que parte do terreno da extinta I.R.F. Matarazzo foi negociado com a Cyrela<sup>11</sup> pelos herdeiros e pela prefeitura.

Em agosto de 2014, o terreno onde funcionava a Indústria Matarazzo de Energia (IME) recebe famílias de sem-teto ligadas ao Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). Em dez dias de ocupação, mais de cinco mil pessoas instalaram-se. Eles foram retirados em finais de setembro por uma ação judicial de reintegração e manutenção de posse promovida pela Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul.

Decorridos mais de trinta anos desde o encerramento da produção industrial, o território da I.R.F. Matarazzo ainda permanece sem destinação; permanece sob vigilância e litígio. Os embates judiciais sucedem a restrições de ocupação, circulação e uso, em meio às quais restam as casas da Vila Matarazzo, ainda habitadas, vizinhas da contaminação, herdeiras do trabalho industrial.

Território uno, mesmo que dividido entre os municípios de São Paulo e São Caetano do Sul, permanece inerte à reintegração; falta-lhe interações, sociabilização, trabalho e diversidade. Contaminado e em ruínas. Realiza seu

---

capital social e patrimonial anualmente aos finais de semana do mês de agosto, durante a Festa Italiana.

O ambiente construído é determinado pela organização que o produz. Dentro desta lógica podemos entender como o território da I.R.F. Matarazzo enfrentou as contradições internas da produção do espaço, que levaria este território a uma reestruturação espacial, mas que não se deu porque não houve reestruturação social. Enumeraremos a seguir as possibilidades de reestruturação espacial que não se deram, porque não houve a estruturação social:

- A perda da área de expansão junto ao complexo beneditino em direção a São Paulo através da Vila Carioca. Com isto, restringiram-se as interconexões espaciais — elas foram características na Fazenda Beneditina, com seus espaços de interação social e religiosa. Perderam-se assim interconexões, espaços livres, *locus* do cotidiano, da vida social, entre conflitos e acordos;
- A perda da sociabilização nas ruas e áreas livres, com a permuta das Ruas Ceará e Rui Barbosa. A venda e a permuta extinguiram não somente residências, pavimentações, lotes, terrenos baldios etc., mas a diversidade de interações e sociabilizações de uma urbanidade nascente, que se dá nas calçadas, ruas e praças;
- A cooptação industrializante da paisagem com a Vila Matarazzo, quando se restringiu a cidadania que caracteriza a dinâmica de urbanidade. O uso da vila como instrumento de dominação do cotidiano dos trabalhadores;
- A descontinuidade e interdição do território pela contaminação, somados à demolição das edificações industriais, findaram as memórias do cotidiano e dignidade do trabalho, rompendo a memória operária na tentativa de substituição da memória imposta de um imigrante empreendedor de sucesso, expresso na Festa Italiana;
- A instalação do Complexo Viário, pela prefeitura de São Caetano do Sul, única ação durante os trinta anos de encerramento das atividades industriais, dedicada à circulação, porém sem promover urbanidade; um complexo voltado ao transporte de automóveis, mas desprovido de relações urbanas, sem promover a cidadania;
- O apagamento de memórias históricas, já que a contaminação impede a escavação arqueológica e resgate das memórias fundacionais; seguido do apagamento da memória industrial, com a demolição das edificações da I.R.F. Matarazzo; ambas terminam por suprimir as participações sociais que constroem a ci-

---

O tempo da indústria, que vorazmente cooptou e subverteu o espaço à sua lógica produtiva, parece agora esvaziado para a dinâmica urbana que o cerca. Também não realiza integralmente o capital social, fundacional, histórico e patrimonial que detêm

dadania. Permanece a celebração de um passado excludente criado sobre um único ator social

Este território não desenvolveu uma resiliência que permitisse recompor uma urbanidade, já que continua organizado espacialmente para uma modalidade industrial que não se realiza mais. Também não realiza integralmente o capital social, fundacional, histórico e patrimonial que detêm.

### 3. Dialética, espaço-tempo e reestruturação urbana

O tempo da indústria, que vorazmente cooptou e subverteu o espaço à sua lógica produtiva, parece agora esvaziado para a dinâmica urbana que o cerca. Debates sobre desindustrialização, deslocalização, reintegração urbana, estruturação-reestruturação e gentrificação parecem acrescentar inanição à paralisia de tempos passados. Como podemos entender este hiato urbano de trinta anos?

A consequência do encerramento das atividades industriais é a ruptura da contiguidade e continuidade do território. Fragmentaram-no em redes, sem interação ou urbanidade. Entendemos que o processo de desindustrialização não é abrupto, mas parte das mudanças no macromodelo econômico.

[...] podemos compreender o processo de desindustrialização através do entendimento das condições históricas do processo de industrialização, levando-se em consideração as transformações macroeconômicas ocorridas durante todo o processo, [...] as indústrias nacionais que produziam predominantemente bens de consumo não duráveis passaram a enfrentar problemas, por um lado, pelo pequeno interesse dedicado a elas pela política econômica a partir de 1956 e, por outro lado, pela maciça entrada de empresas transnacionais (mais dinâmicas e competitivas) que lhes reduziu o mercado. (RAMOS, 2001, p.109).

Entendemos também que o espaço do trabalho industrial condiciona o cotidiano da prática social que o cerca, torna-se real pelo tempo que realiza. Assim entende-se a produção do espaço-tempo industrial na ótica de Karl Marx: "Tudo o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção" (MARX, 1971, p.465).

Entretanto, cidades preexistiam a cidade industrial, elementos físicos e sociais, portanto os elementos que compõem a cidade industrial a precedem, dialeticamente.<sup>12</sup>

Essa possibilidade do todo e da parte se constituir numa unidade só pode ser compreendida a partir de **uma concepção dialética que concebe a totalidade como uma totalidade aberta e em movimento**, uma totalidade infinita de totalidades parciais, igualmente abertas que se relacionam entre si. (LENCIONI, 1998, p.2, grifo nosso).

Verificamos que a "cidade industrial" se concentrava territorialmente, absorvendo e condicionando tudo ao seu redor, assim como a produção industrial era concentradora. Entretanto, este espaço enfrenta na pós-modernidade a diluição da atividade industrial e a desconcentração das atividades produtivas, refletidas na desconcentração territorial. Se analisada desta forma, a metrópole pós-moderna é descontínua, porque estrutura-se em redes e conjuga vazios produtivos, herdados de tempos anteriores, que pareceriam desterritorializados, como se negassem a cidade que os cerca.

Na sua análise da pós-modernidade, Harvey (1992) destaca a cidade como palco do efêmero e fragmentado, na qual a acumulação flexível alterou a forma de experimentarmos a relação tempo-espaço, a levou à aceitação do caótico e da superficialidade. Soma-se a visão de Santos, para quem o espaço permite temporalidades diversas, funcionando de modo não-harmonioso, mas

concomitantes, ou como o autor explica: "o espaço aparece como coordenador dessas diversas organizações do tempo, o que permite, por conseguinte, nesse espaço tão diverso, essas temporalidades que coabitam no mesmo momento histórico" (SANTOS, 2002a, p.22).

De forma geral, concebe-se a reestruturação urbana como uma forma de sanar um conjunto de elementos, constituído de vazios desconexos, que não se integram ao modelo de um *continuum* de acontecimentos, enquanto formas homogêneas e harmônicas, sobrepõem-se à anterior, em oposição àquilo que discute Lencioni:

Um outro engano comum é de se pensar que quando se fala em reestruturação se está pensando em uma outra estrutura que se sobrepõe à anterior [...]. As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas têm um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio intermitente é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento. (LENCIONI, 1998, p.4).

Desintegrar a totalidade em partes não nos permite analisar a estrutura social que desencadeou o processo que a conformou.

As noções de estrutura, processo, função e forma, essas velhas categorias filosóficas e velhas categorias analíticas devem ser retrabalhadas para que, neste particular, possam prestar novos serviços à compreensão do espaço humano e à constituição adequada de sua respectiva ciência. (SANTOS, 1988, p.5).

Os momentos não devem ser separados na concepção de uma totalidade, mas como dialéticos, enquanto percepção das múltiplas temporalidades compostas.

Um sistema espacial é substituído por outro que recria sua coerência interna, mesmo que cada variável isolada conheça uma velocidade de mudança própria. Assim, sincronia e assincronia não são de fato opostas, mas complementares no contexto espaço-temporal, porque as variáveis são exatamente as mesmas. (SANTOS, 2002b, p.258).

Portanto, podemos entender o espaço conformado pela I.R.F. Matarazzo enquanto preexistência beneditina, no

primeiro ciclo de industrialização, organizado dinamicamente, onde coexistiram parcialidades dispersas, apresentando temporalidades “algumas residuais, outras indicando as virtualidades, ou seja, as possibilidades futuras, redimensionando a ideia de passado, presente e futuro” (LENCIONI, 1998, p.3).

Sua capacidade adaptativa se extinguiu com a supressão dos elementos de produção do espaço — no caso a retirada da I.R.F. Matarazzo —, não sendo possível reajustar o discurso às incoerências da sua ausência, levando o território ao hiato de urbanidade atual — ela não se realiza. O espaço da extinta I.R.F. Matarazzo se manifesta anacronicamente em relação ao tempo-espaço da Região Metropolitana de São Paulo.

Dentro desta concepção dialética de uma totalidade aberta e em movimento, de totalidades parciais, oposta à visão de desestruturação-reestruturação urbana, o território da I.R.F. Matarazzo está além do espaço preso e escravizado às circunstâncias pré-existentes, porém potencialmente apto a se tornar parte da cidade, tal qual uma “máquina relacional”, que componha espaços de encontros, evoque memórias, resgate vivências e atualize o vivido — este território está à espera de uma sincronidade que contemple os diferentes tempos do espaço e dos objetos.

#### AUTOR

Enrique Staschower é arquiteto graduado pela Universidade Braz Cubas (1979). Mestre em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Atua como docente em Cursos Superiores de Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores. É autor dos livros: “Arquitetura Brasileira: da Arquitetura Colonial às Divergências no Modernismo” e “Arquitetura e Urbanismo: Paisagismo de Jardins e Plantas Ornamentais”.

#### NOTAS

1. O conceito de “urbanidade” aqui apresentado, também amplamente abordado ao longo deste artigo, parte das formulações levantadas na disciplina “A urbanidade e a imagem da Metrópole de São Paulo como fatores de sua produção e sua interpretação” oferecida no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, durante o ano de 2018, ministrada pelo Prof. Dr. Jaime Tadeu Oliva, na qual este conceito é discutido com base nos trabalhos de Jacques Lévy (1999) e Michel Lussault (2000).
2. Engenheiro Militar, reconhecido pelas suas soluções para da Igreja de Santa Cruz dos Militares no Rio de Janeiro e da Catedral de Montevidéu.
3. Detectada inicialmente no ano de 1854, filoxera é uma praga que ataca as raízes e folhas de um vinhedo. É um pulgão que se alimenta das raízes da videira abrindo espaços que serão preenchidos por fungos, matando-a em três a quatro anos.
4. Pertencente a um grupo liderado pelo futuro Governador de São Paulo Manuel Joaquim de Albuquerque Lins.
5. Deteria o monopólio de produção até 1936 com a inauguração da Nitroquímica, uma associação das famílias Ermírio de Moraes e Wolf Klabin.
6. Ato de Permuta nº 319 da Prefeitura de Santo André, autorizando o Município a permutar com a I.R.F. Matarazzo o leito da Rua Rui Barbosa, no distrito de São Caetano, com uma área próxima de 2681 m<sup>2</sup> (MEDICI, 2009).
7. Segundo os alvarás 3174, 3082, 4190 — todos de 1940 — o autor do projeto do Conjunto Residencial SAIRF Matarazzo foi Francisco Verrone. Segundo o projeto, as águas sujas seriam lançadas ao rio Tamanduateí, após tratamento de fossas a cada grupo de seis casas.
8. Greves na unidade de *rayon* em abril de 1953 ou na unidade de louças fevereiro de 1964.
9. BHC é um organoclorado empregado como inseticida, cuja intoxicação pode ocorrer por absorção cutânea, ingestão ou inalação. Ações mais graves ocorrem no sistema nervoso central, fígado, rins e medula óssea, podendo comprometê-los irreversivelmente. Devido à redução dos glóbulos brancos, uma pessoa com leucopenia está sujeita a contrair



artigo

doenças e até mesmo morrer de infecções, principalmente respiratórias. A leucopenia pode evoluir para quadros mais graves, como a leucemia ou a aplasia da medula (incapacidade de a medula óssea produzir células sanguíneas) (COSTA, 2009).

10. "[...] com sua coloração esbranquiçada e seu odor característico, detectado a mais de cem metros". (TODESCHINI, 1989, p.82).

11. Esta empresa já tinha negociado com os herdeiros da família o terreno da Mansão Matarazzo na Av. Paulista na cidade de São Paulo, construindo o Shopping Cidade de São Paulo e já construíra o ITM EXPO sobre um aterro sanitário na Lapa de Baixo, na Região Oeste de São Paulo, portanto, tinha experiência em lidar com herdeiros e contaminações.

12. Assim, parafraseando Gregório de Matos, poeta baiano seiscentista, conhecido como "Boca do Inferno": "O todo sem a parte não é o todo, / A parte sem o todo não é parte, / Mas se a parte faz o todo, sendo parte, / Não se diga, que é parte, sendo todo" (MATOS, 1992, p.20).

#### REFERÊNCIAS

- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira et al. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v.10, n.1, p.4-53, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COSTA, Danilo Fernandes. **Prevenção da exposição ao benzeno no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado) — Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CUNHA, Rodrigo César de Araújo. **Avaliação de risco em áreas contaminadas por fontes industriais desativadas: estudo de caso**. 1997. Tese (Doutorado) — Curso de Instituto de Geociências, Departamento de Pós-Graduação em Recursos Minerais e Hidrogeologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- CUNHA, Rodrigo Cesar de Araújo et al. In: **RELATÓRIO CETESB: avaliação de risco a saúde da população em decorrência da exposição aos contaminantes provenientes da área das indústrias reunidas Francisco Matarazzo (IRFM)**, São Caetano do Sul: CETESB, 1998.
- CUSTÓDIO, Vanderli. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas. **Geosul**, Florianópolis, v.19, n.38, p.77-98, 2004.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Edusp, 1971.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.27, n.79, p.123-132, 2013.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. **VI Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, p.1-10, 1998.
- MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.
- MARTINS, Jose de Souza. **A Escravidão em São Caetano (1598-1871)**. São Caetano do Sul: CEDI-Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1988.
- \_\_\_\_\_. A formação do espaço regional do Tijuçussu e de São Caetano. **Raízes**, São Caetano do Sul, n.5, p.4-16, jul. 1991.
- \_\_\_\_\_. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Unesp, 1992.
- \_\_\_\_\_. O Porto Geral. **Raízes**, São Caetano do Sul, n.41, p.17-26, jul. 2010.
- MARX, Karl. **O capital**. Moscou: Progress Publishers, 1971.
- MATOS, Gregório de. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- MÉDICI, Ademir. **Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC**. 2. ed. São Caetano do Sul: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. Um livro que ensina a fazer memória: Em 12 de janeiro... **Diário do Grande ABC**. Santo André, 13 jan. 2009. p. 6-6. Disponível em: < www.dgabc.com.br/Noticia/284533/um-livro-que-ensina-a-fazer-memória>. Acesso em: dez. 2018.
- PASSARELLI, Sílvia Helena. **O diálogo entre o trem e a cidade: o caso de Santo André**. 1995. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- QUINTO JR, Luiz de Pinedo; IWAKAMI, Luiza Naomi. A reconfiguração sócio espacial da metrópole paulistana: a releitura da reestruturação produtiva e a desconcentração industrial. In: **VIII Encontro Nacional da ANPUR**, Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, v.8, 1999.
- RAMOS, A. W. Desindustrialização na metrópole paulistana: o caso da Água Branca. **GEOSP: espaço e tempo**, São Paulo, n.10, p. 91-113, 2001.
- RODRIGUES, Marcelo L.; VILELA, Renato. **Família Matarazzo: primeiro caso relevante de sucessão de um grupo familiar no Brasil**. 2013. Grupo de Estudos de Empresas Familiares da Fundação Getúlio Vargas – Direito de São Paulo. Disponível em: <direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/anexos/igg\_matarazzo\_presentation\_08out2013.pdf>. Acesso em: out. 2015.
- SAES, Flávio Azevedo Marques; NOZOE, Nelson Hideiki. A indústria paulista da crise de 1929 ao plano de metas. In: **Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia**, ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, Salvador, 2006.
- SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n.5, p.9-20, 1988.
- \_\_\_\_\_. O tempo nas cidades. **Ciência e cultura**, Campinas, v.54, n.2, p.21-22, 2002a.
- \_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002b.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.
- \_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e com o método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, 2017.
- SÃO PAULO. Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. Acervo Digital. 2019. Disponível em: <www.inci.org.br/acervodigital/index.php>. Acesso em: jul. 2019.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.
- TODESCHINI, Remigio et. al. **Insalubridade morte lenta do trabalhador: a insalubridade no Brasil**. São Paulo: Oboré, 1989.